

Autocontrole do Judiciário

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO *

A mídia tem prestado inestimáveis serviços ao país, especialmente quando identifica e coloca em discussão temas relevantes do interesse geral da coletividade. Todavia, muitos assuntos importantes são traduzidos em expressões ou títulos, que, destoando da sua real significação, passam a ter vida própria e a constituir verdadeira panacéia, que, por si só, seria suficiente para corrigir todos os males. Nos planos legislativo e executivo, muitas fórmulas foram adotadas de conteúdo tão forte que passaram a exprimir soluções, que, aceitas, transformariam a pátria, no dia seguinte, num verdadeiro mar de rosas. Como o problema a ser solucionado é complexo e nem sempre o seu deslinde pode ser traduzido em simples jargões jornalísticos, vêm as frustrações, que assumem dimensão tanto maior quanto a expectativa de cura do grave mal identificado no tecido social.

Um dos temas hoje em discussão é o relativo ao controle do Judiciário, que vem sendo debatido de forma excessivamente emocional, tornando pouco transparente a sua percepção aos olhos dos cidadãos leigos. A propósito, criou-se a expressão "controle externo", que seria verdadeiro elixir a curar todos os males que afligem aquele importante poder do Estado. Por isso mesmo, se algum juiz posiciona-se contra a sua instituição, passa-se a afirmar que está a defender "interesse de classe", "interesse corporativista" ou que integra o "lobby do Judiciário". Para atingir o magistrado que ouse combater aquela forma de controle, fala-se que o "juiz dele foge como o diabo da cruz".

Impõe-se, neste momento, em que está para iniciar-se afinal a revisão constitucional, que o povo e os setores mais esclarecidos sejam alertados para a gravidade do problema antes que seja tarde demais. Inicialmente, é importante que todos saibam que a luta contra o controle externo não se inclui dentre aquelas que têm o caráter corporativista ou classista. Os magistrados, ao assumirem atitude contra a sua implantação, não estão a defender seus interesses pessoais, porquanto não terão seus salários diminuídos e nem eventuais vantagens financeiras por eles alcançadas; ademais, com raras exceções, trabalham além das suas possibilidades físicas, constituindo fato público e notório a desproporção entre eles e o número de processos. Estão lutando, isto sim, é pelo interesse maior dos cidadãos de ter uma Justiça isenta, onde o juiz possa decidir, em favor de quem tenha razão, de acordo com a Constituição, as leis e a sua consciência. Sabem eles que o autocontrole do Judiciário é a única forma de manter os seus membros a salvo de influências nefastas, comprometedoras da boa distribuição da Justiça. Como disse o ilustre senador Mário Covas, em discurso que proferiu quando do encerramento da denominada CPI do Congresso, o poder que não

tem meios de autocontrole não tem condições de ser poder.

Conscientes dos problemas que afligem o Judiciário, cuja solução (de muitos deles) está a depender dos outros poderes, os juizes, em geral, são favoráveis ao aperfeiçoamento do autocontrole, já existente há séculos, que constitui grande conquista da cidadania. Nesse sentido, alguns setores propugnam pela criação de um Conselho Nacional da Magistratura, com competência para editar normas nacionais infralegais, visando a coibir abusos administrativos, identificar pontos de obstrução e tomar providências legislativas e administrativas relativas ao bom funcionamento dos serviços judiciários e, inclusive, medidas de ordem disciplinar contra os juizes faltosos, contumazes no descumprimento dos seus deveres ou que tenham conduta incompatível com a dignidade, a honra ou o decoro das funções, mantidos os sistemas de controle já existentes, que, em muitos estados, funcionam com razoável eficiência. Acredita-se que a existência desse Conselho, por si só, irá inibir a prática de muitos atos irregulares. Será um órgão posto à disposição da sociedade para coibir os casos de falhas mais graves dos diversos setores do Judiciário. Por ser formado por membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e da Justiça Comum poderá atuar, com eficácia, livre de eventuais sentimentos de classe, de que, às vezes, são acusados, hoje, os Conselhos de Justiça ou órgãos disciplinares locais.

Nesse contexto, é indispensável que o debate se amplie e seja travado em alto nível, dada a sua relevância institucional, concentrando-se, basicamente, no tópico consistente em saber os reflexos do controle externo sobre a tutela das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais, coletivos e sociais.

Contra o controle externo já se posicionaram alguns jornais de ampla circulação nacional, entre eles o JORNAL DO BRASIL, através de editoriais, e diversos parlamentares, da mais alta respeitabilidade, dentre outros, o senador Josaphat Marinho e o deputado Álvaro Valle, homens públicos experientes, de grande visão institucional.

Estamos certos de que o autocontrole constitui grande conquista da cidadania, que deve ser mantida. Há remédios em que se utiliza veneno na sua fabricação. A questão é de dosagem. Em pequena quantidade, o veneno cura. Em quantidade inadequada, intoxica e até mesmo mata. O controle externo constitui remédio, com excesso de veneno, para o Judiciário. Ao invés de aperfeiçoá-lo, poderá matá-lo. E a sua morte será o suicídio da cidadania, o ocaso das liberdades públicas, a volta aos períodos mais obscuros registrados pela história.

* Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A garantia maior da democracia é a ampla liberdade de ação da Justiça.